

A EVOLUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE HABITAÇÃO RURAL (PNHR): O Caso da Colônia de Pescadores da Ilha da Torotama – Rio Grande/RS

FABRÍCIO GALLO CORRÊA¹; LÍGIA MARIA ÁVILA CHIARELLI²

¹UFPEl - FAUrb - ProGrAU – fabriciogallo@pelotas.ifsul.edu.br

²UFPEl - FAUrb - ProGrAU – biloca.ufpel@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A permanente demanda por moradias de interesse social para o meio rural, reflexo direto da falta de políticas públicas para o setor, passa a ser identificada de forma contundente, e se materializa diretamente na observação da realidade socioeconômica das comunidades rurais (CARLOTO & ATIYEL, 2014).

Mesmo com a ampliação de medidas governamentais de desenvolvimento e modernização agrícola, constata-se que, ainda assim, elas não eram suficientes para garantir a permanência das famílias de pequenos agricultores no campo, e muitas vezes, ao contrário, favoreciam o êxodo rural.

Entende-se, nesse momento, que a permanência das famílias no campo depende do seu pleno desenvolvimento, da sua inclusão social e mínimas condições de vida, dentre as quais o direito à moradia digna (BOLTER, 2013).

A primeira conquista referente à habitação rural, capitaneada pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), juntamente com organizações sociais, acontece em 2002, com a construção de 2.032 unidades habitacionais, espalhadas em mais de cem municípios do Rio Grande do Sul (MPA, 2013). Resultantes do Projeto Piloto de Habitação Rural, definido pelo Plano Camponês (MPA, 2012), constituía uma parceria do governo do Estado com estas organizações sociais, e configurou um avanço enorme para as comunidades agrícolas (MPA, 2013).

Esta experiência bem sucedida foi a base para a criação, em 2003, após a criação do Ministério das Cidades, do primeiro formato do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), intitulado Programa de Habitação Rural (PHR) que determinava linhas de crédito específicas para a habitação social rural. Suas regras e orientações foram estabelecidas pela Resolução nº 460 (BRASIL, 2004) e, posteriormente, revisadas e melhoradas pela Resolução nº 518 (BRASIL, 2006). Em que pese a formulação geral apresentar inúmeros avanços, ainda assim as organizações sociais apontavam melhorias necessárias ao programa.

Em 2009, consolida-se o atual formato do PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural, que passou a integrar o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Este fato ocorre naturalmente devido o sucesso da experiência das duas resoluções precedentes, aliado às proporções do déficit habitacional rural brasileiro, apontado pelo Relatório da Fundação João Pinheiro para o Ministério das Cidades (BRASIL, 2007) à época em 1.092.882 unidades habitacionais.

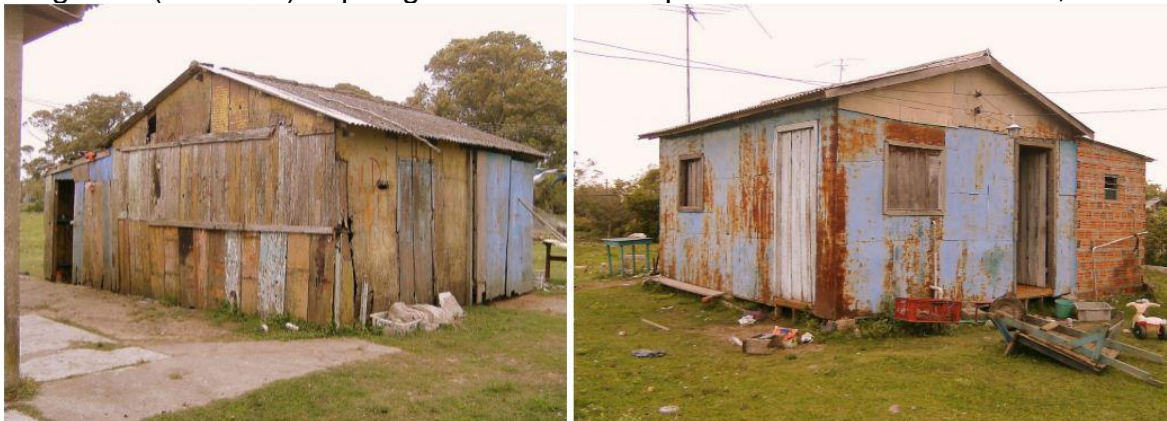
Com diversas alterações das proposições iniciais, o mesmo tem hoje como objetivo principal financiar a construção, reforma ou ampliação da moradia dos agricultores familiares (BOLTER, 2013, p. 100).

O programa se propõe a atender não apenas a população que vive no campo, como os agricultores familiares e trabalhadores rurais, mas também aquelas pertencentes às comunidades tradicionalmente estabelecidas: assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), quilombolas,

extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, indígenas e demais comunidades tradicionais (Cart. PMCMV – PNHR, 2009).

A Colônia de Pescadores da Ilha da Torotama (Rio Grande/RS) representou, para a região sul do Rio Grande do Sul, a contratação de benefícios no modelo mais atualizado do PNHR, embora tenha configurado a situação mais difícil para tal. Tratava-se de uma comunidade totalmente desassistida das políticas públicas (Figura 1), especialmente pela não comprovação da posse da terra juntamente com a eminência de êxodo de sua população desanimada para o meio urbano.

Figura 1 (1.1 e 1.2): Tipologias habitacionais pré-existent. Fonte: autor, 2011.



Em 2013 ocorreu a contratação de benefícios à 47 famílias de pescadores artesanais (Figura 2). Estando em fase final de execução das últimas 5 habitações, se faz necessário a análise da consolidação dos objetivos do programa, primeiramente de forma comunitária, como a alteração do meio ambiente e da paisagem local; e após, de forma individualizada, diretamente com os beneficiários, investigando o sentimento de valorização humana e a possibilidade real, não só de permanência, da atual e de futuras gerações, mas também de desenvolvimento como membros integrantes e ativos na cadeia produtiva da comunidade.

Figura 2 (2.1 e 2.2): Modelo habitação resultante do PNHR. Fonte: autor, 2016.



Este trabalho vincula-se a dissertação de mestrado na área de Arquitetura e Urbanismo, junto ao PROGRAU/FAUrb/UFPEL, intitulada “Avaliação do Programa Nacional de Habitação Rural em Comunidades não Pertencentes à Agricultura Familiar: O Caso da Colônia de Pescadores da Ilha da Torotama – Rio Grande/RS”, a ser finalizada até março de 2019.

2. METODOLOGIA

A Colônia de Pescadores da Ilha da Torotama, diferentemente de outras comunidades tradicionais, apresenta uma série de peculiaridades, tais como: a identidade única de sua comunidade, formada por pescadores artesanais já em sua 4ª geração familiar; os entraves de contratação de benefícios, decorrentes da não comprovação da propriedade das terras; o enquadramento das comunidades de pescadores nos mesmos moldes dos pequenos agricultores familiares; a concretização de contratações, benefícios, projetos e execuções sob o modelo mais avançado e atualizado do PNHR.

Tais peculiaridades serão apresentadas através da revisão bibliográfica que demonstrará o enquadramento da Colônia da Ilha da Torotama ao PNHR, suas leis e determinações oficiais ministeriais, bem como as especificações estabelecidas pela Caixa Econômica Federal para elaboração do projeto padrão.

Também se fará necessária uma análise documental, que possibilitará o registro de situações específicas, especialmente no que se refere à propriedade da terra, a participação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e projeto executivo efetivamente adotado.

Serão coletados dados junto aos beneficiários da Ilha da Torotama, na forma de questionários e entrevistas que possam refletir sua satisfação quanto à unidade habitacional recebida; o atendimento de suas necessidades básicas e de habitabilidade. Da mesma forma será avaliado o sentimento de valorização da comunidade como tal, e como se veem enquanto parte integrante da sociedade, decorrente de sua participação junto às organizações sociais e da Caixa Econômica Federal no processo construtivo do Programa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Há uma carência de estudos pós-intervenção de programas habitacionais de caráter social, junto à beneficiários pertencentes à comunidades diversas daquelas que tradicionalmente são atendidas por esses programas – pequenos produtores da agricultura familiar. Vários são os levantamentos realizados em relação aos agricultores tradicionais; porém apresentam lacunas no momento em que são aplicados em comunidades não pertencentes à agricultura familiar, no caso em colônias de pescadores artesanais como da Ilha da Torotama.

Como exemplos: 1) O PNHR proporcionou um impacto positivo no espaço rural, tanto econômico quanto social, dando uma nova perspectiva de futuro e desenvolvimento às famílias beneficiadas (ROVER & MUNARINI, 2010). Houve um impacto social sensível a partir da aplicação do PNHR na Ilha da Torotama, que poderia ser equiparado ao verificado nas comunidades rurais tradicionais, da agricultura familiar? 2) O Programa configura e alavanca a existência de um rural até então desconsiderado e invisível para os formuladores das ações do Estado para o meio rural (BOLTER, 2013). As famílias da Ilha da Torotama sentiram-se valorizadas enquanto comunidade específica e produtiva durante o processo de organização e efetivação do PNHR? 3) A habitação de qualidade não é suficiente para manter o agricultor familiar nos territórios rurais, mas existe um empenho por parte desses agricultores em permanecer na atividade e no incentivo para que seus filhos também o façam (Rover & Munarini cit. in HAHN, 2009). A Unidade Habitacional recebida no PNHR é satisfatória às necessidades familiares, e desempenha fator importante à permanência das mesmas na Ilha, inseridas socioeconomicamente na comunidade?

4. CONCLUSÕES

A partir dos resultados obtidos, pretende-se estabelecer a plena aplicabilidade do PNHR através da atuação das diversas organizações sociais e do Estado no desenvolvimento de políticas públicas habitacionais rurais. Destacar o PNHR como forma de garantir a valorização humana dos indivíduos enquanto comunidade produtiva; sua valorização e qualidade de vida; seus anseios por uma vida digna, pertencentes à cadeia econômica da sociedade. E, principalmente, investigar a satisfação dos beneficiários de um programa habitacional que busca, além do descrito, despertar em seus beneficiados o desejo de permanecer em suas comunidades, com possibilidade concreta de garantir o futuro das gerações futuras, como forma de desenvolvimento de suas atividades e da sua região tradicionalmente estabelecida.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOLTER, J. A. G. **Interfaces e Cogestão nas Políticas para Agricultura Familiar: uma Análise do Programa Nacional de Habitação Rural**. Tese de Doutorado – Desenvolvimento Rural. PPG/UFRGS. Porto Alegre/RS, 2013.

BRASIL, **Resolução CC/FGTS nº 460 de 14 de dezembro de 2004**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil de 20/12/2004. Brasília/DF, 2004.

BRASIL, **Resolução CC/FGTS nº 518 de 07 de novembro de 2006**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil de 20/11/2006. Brasília/DF, 2006.

BRASIL, **Decreto Federal nº 6.819 de 13 de abril de 2009**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Edição Extra, ano CXLVI nº 69-A. Brasília/DF, 2009.

BRASIL, Ministério das Cidades/Fundação João Pinheiro. **Déficit Habitacional no Brasil 2007**. Belo Horizonte/MG, 2007.

CARLOTO, A.; ATIYEL, C. **Políticas Sociais no Meio Rural: a Conquista do Programa Nacional de Habitação Rural**. 6º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais / 2º Seminário de Direitos Humanos. Unioeste – Campus Toledo/PR, 2014.

HAHN, M. **Pluriatividade e Meio Ambiente na Agricultura Familiar de Itapiranga/SC**. Dissertação de Mestrado – Ciências Ambientais. Universidade Comunitária Regional de Chapecó. Chapecó/SC, 2009.

MPA. **Plano Camponês: da Agricultura Camponesa para toda a Sociedade**. Cartilha produzida pelo Coletivo de Formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA. Vitória/ES, 2012.

MPA. **A Conquista da Moradia Camponesa**. Cartilha produzida pelo Coletivo de Formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA. Vitória/ES, 2013.

ROVER, O.; MUNARINI, P. **A política de Habitação Rural e o Desenvolvimento da Agricultura Familiar**. Rev. Katál. Florianópolis v.13 n.2 p.260-269, 2010.